

**AMBIENTE INSTITUCIONAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA
CAFEICULTURA AFRICANA**

EDUARDO CESAR SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
educesar_muz@hotmail.com

ANGÉLICA DA SILVA AZEVEDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
angelica.soad@gmail.com

LUIZ GONZAGA DE CASTRO JUNIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
lgcastro@dae.ufla.br

AMBIENTE INSTITUCIONAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA CAFEICULTURA AFRICANA

1. INTRODUÇÃO

O café é uma das bebidas mais populares do mundo. Ela é preparada a partir dos grãos de duas espécies principais de cafeeiro, *Coffea arabica* e *Coffea canephora*. Ambas são cultivadas nas regiões quentes do planeta, entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, em uma extensa faixa do globo conhecida como “cinturão do café”.

Mais de 50 países produzem o grão. Eles estão distribuídos pela América, África, Ásia e Oceania. Além do clima propício para o cultivo, esses países compartilham entre si o fato de serem nações pobres ou em desenvolvimento. Neles, o cultivo de café gera emprego e renda para milhões de pessoas.

A safra global de café cresceu consideravelmente nas últimas décadas, porém, os países africanos não acompanharam esse aumento. Segundo dados do *United States Department of Agriculture* - USDA (2016), a produção mundial aumentou 191,2% entre as safras de 1964/1965 e 2014/2015. No mesmo período, o volume colhido na África caiu 9,4%. Com isso, a participação do café africano no mercado mundial, que era de 32%, caiu para 10%.

Apesar do declínio, a cafeicultura ainda é uma atividade econômica de grande importância para o continente. Segundo dados da International Coffee Organization (ICO, 2015), cerca de 10,9 milhões de agricultores e trabalhadores dependem do café na África, o que representa mais da metade do total de pessoas envolvidas diretamente com a atividade no mundo. Adicionalmente, o café contribui de maneira significativa para as receitas de exportação de alguns países da região (ICO, 2015).

Mesmo com a queda na produção, companhias multinacionais que industrializam o café, tais como Nestlé, Jacobs Douwe Egberts, Starbucks e outras, mostram grande interesse pelos grãos africanos, reputados como de alta qualidade. Essas empresas não apenas compram o produto, como também apoiam os cafeicultores por meio de projetos de Responsabilidade Social Corporativa (BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA DO CAFÉ, 2015).

Com base no cenário apresentado acima, ficam evidentes duas características da cafeicultura africana: a) o declínio da produção, apesar da importância econômica da atividade; e b) os investimentos de empresas multinacionais, apesar do declínio da produção. A partir dessas duas características, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: qual é a relação entre a diminuição da produção africana e o apoio das multinacionais aos cafeicultores do continente?

Assim, o objetivo principal do artigo é investigar, em caráter exploratório, as causas da baixa produção de café na África e os determinantes da ação das empresas multinacionais no setor.

A pesquisa foi feita em duas etapas. Inicialmente, a cafeicultura africana foi avaliada segundo concepções teóricas da Nova Economia Institucional, de modo a verificar se o cenário vigente pode ser atribuído a problemas institucionais nos países produtores. Em seguida, foram identificadas as ações de Responsabilidade Social Corporativa que grandes empresas desenvolvem em países africanos produtores de café.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Instituições e Ambiente Institucional

O campo teórico que trata sobre o ambiente institucional e suas influências no processo de desenvolvimento econômico e regional constitui uma das principais abordagens da Nova Economia Institucional (NEI) (WILLIAMSON, 1996). A NEI possui como foco o

entendimento de como as instituições surgem, operam, evoluem e moldam os diferentes arranjos de produção e troca; além de suas interações com os arranjos institucionais (MÉNARD; SHIRLEY, 2005).

Conforme Bueno (2004), os desenvolvimentos teóricos advindos da NEI podem ser divididos em duas principais correntes, sendo elas ambiente institucional e estruturas de governança. Na primeira corrente, os estudos estão centrados na relação existente entre as instituições de uma determinada localidade e seu desempenho econômico. Ela também busca identificar quais instituições são mais propícias para o desenvolvimento econômico regional. Já a segunda corrente tem como objetivo a análise das interações entre as unidades econômicas e como as estruturas de governança são criadas e transformada conforme as transações.

De acordo com Davis, North e Smorodin (1971), o ambiente institucional consiste em um conjunto de regras políticas, sociais e legais fundamentais que estabelecem as bases para a produção, transação e distribuição. Essas regras são denominadas como instituições. Conforme North (1989), instituições são as regras, as formas de executar essas regras e as normas comportamentais que estruturam as interações humanas. As instituições são constituídas por restrições formais, como regras, leis e constituições; restrições informais, tais como normas comportamentais, convenções e códigos de conduta autoimpostos e de suas características impositivas. Para North (2010), estes três aspectos juntos determinam a estrutura de incentivos das sociedades e, também, da economia.

Acemoglu (2008) afirma que as instituições atuam como fatores que afetam o desenvolvimento econômico e diferenciam regiões desenvolvidas de regiões com baixo desenvolvimento. Para o autor, as instituições são importantes pela sua influência na estrutura da economia e pela sua garantia no uso mais eficiente dos seus recursos, promovendo maior produtividade e lucros; além de organizar a sociedade de forma a promover seu crescimento ou retardá-lo.

As instituições e o ambiente institucional são capazes de viabilizar ou não as inovações tecnológicas, influenciar na forma como as firmas estão organizadas, interferir no processo de trabalho e nas políticas macroeconômicas; além de induzir as estratégias empresariais e as decisões tomadas pelos agentes (CONCEIÇÃO, 2002). Também é relacionado ao ambiente institucional o tamanho das unidades produtivas, o nível tecnológico, o volume de mão de obra empregado e a remuneração, a produtividade, a quantidade e qualidade dos bens e serviços, e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (FIANI, 2011).

A estrutura de uma economia é influenciada pelas instituições, que organizam a sociedade de forma a promover seu crescimento ou retardá-lo (ACEMOGLU, 2008). O desenvolvimento não é mais considerado como resultado de uma transformação gradual, mas sim resultado da evolução das instituições e a forma como elas apoiam as relações sociais e comerciais (KLEIN, 1998). Desse modo, torna-se importante analisar o ambiente institucional e suas instituições para entender o processo de desenvolvimento e o desempenho de uma determinada região.

Acemoglu e Robinson (2012) apresentam dois tipos de instituições econômicas, as inclusivas e as extrativistas. As instituições econômicas inclusivas promovem as atividades econômicas, o aumento da produtividade e a prosperidade da economia; com a garantia de segurança da propriedade privada, com um sistema jurídico imparcial e uma variedade de serviços públicos que permitam o estabelecimento de contratos e condições igualitárias para todos, além de promover o surgimento de novas empresas. Já as instituições econômicas extrativistas preocupam-se apenas em extrair a renda de um determinado segmento da sociedade para o benefício de outro, além de possuírem características opostas aos das instituições denominadas como inclusivas.

As instituições inclusivas impulsionam os avanços tecnológicos, pois somente instituições econômicas que fomentem a propriedade privada, ofereçam garantia nos contratos,

criem condições igualitárias para todos os membros da sociedade, e incentivem e viabilizem o surgimento de novas empresas são capazes de instigar os empreendedores na aplicação de recursos em negócios rentáveis (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Inferese que as instituições econômicas inclusivas trabalham de forma a promover o desenvolvimento econômico, pois proporcionam aos indivíduos da sociedade condições favoráveis para a execução de atividades econômicas prósperas e produtivas; enquanto as instituições extrativistas preocupam-se, apenas, em explorar a sociedade sem lhe fornecer garantias e/ou retornos.

2.2 Responsabilidade Social Corporativa

A partir do século XX, intensificaram-se as pressões dos consumidores, organizações internacionais e órgãos públicos para que as empresas adotassem ações socialmente responsáveis (FERNANDES, 2014).

O surgimento de novas preocupações e expectativas por parte da sociedade em um contexto globalizado e de grandes mudanças industriais; a crescente influência das questões sociais nas decisões relacionadas a investimento, tanto da parte dos consumidores quanto dos investidores; o aumento na preocupação com os danos causados ao meio ambiente pelas organizações; a maior transparência das atividades empresarias, causada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que permitem o acesso a tais informações; estão relacionadas como fatores que motivaram a evolução da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no contexto empresarial (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001).

Diante dessas demandas e das influências geradas por elas, as empresas perceberam a necessidade de realizar atividades que atestam seu compromisso social (COSTA, 2005). Dessa maneira, os pressupostos da RSC estão alinhados com as preocupações sociais dos consumidores, com a criação de uma imagem corporativa favorável e com o desenvolvimento de uma relação confiável entre a empresa e as partes interessadas (YOON; GIIRHAN-CANLI; SCHWARZ, 2006).

Os debates sobre RSC são intensos nos dias atuais e estão presentes nos ambientes corporativos, na sociedade civil e na academia; apesar de não terem recebido a mesma atenção há trinta anos, quando a discussão ainda se mostrava rasa (KREITLON, 2004).

Contudo, os conceitos da RSC são antigos. De acordo com Carroll (1999), a preocupação das empresas com a sociedade remonta há séculos, porém, somente a partir da década de 1950 esses conceitos passaram a ser escritos formalmente. Segundo o autor, o livro de Howard R. Bowen, intitulado *Social Responsibilities of the Businessman* (1953), deu início aos questionamentos do papel das organizações na sociedade. Em seu trabalho, Bowen (citado por CARROLL, 1999) define que a responsabilidade social das empresas está relacionada aos valores que elas, a partir de suas decisões, geram para a sociedade.

As discussões sobre RSC foram intensificadas nas décadas seguintes. Segundo Bertonecello e Chang Júnior (2007), os debates possuíam como ideia principal a ampliação das preocupações das empresas, que não deveriam se limitar apenas a maximização dos lucros, mas também abranger pensamentos voltados para uma melhor utilização dos seus recursos para fins sociais. Ainda de acordo com os autores, a RSC começou a ser integrada aos debates públicos sobre problemas sociais, o que resultou no envolvimento das organizações com movimentos ambientais, o surgimento da preocupação com a segurança do trabalho e a regulamentação governamental.

Mesmo com todas essas discussões, o campo dos negócios e a sociedade ainda não possuíam uma definição sobre RSC. Carroll, com sua obra publicada em 1979, propunha um modelo conceitual tridimensional de desempenho social corporativo. Esse trabalho foi aceito e aprimorado por outros autores (LEE, 2008).

Em sua obra, Carroll (1979) oferece um modelo conceitual que abrange os principais conceitos de RSC desenvolvidos até então, no intuito de auxiliar a compreensão sobre os principais aspectos do desempenho social corporativo. Para o autor, a definição de RSC deve abranger todas as obrigações que as empresas possuem com a sociedade e deve incorporar quatro categorias de responsabilidades, sendo elas econômicas, legais, éticas e discricionárias.

A primeira responsabilidade social das empresas é a econômica. As organizações têm o dever de produzir bens e serviços que atendam a demanda da sociedade e vendê-los com margem de lucro. A responsabilidade legal prevê que as empresas cumpram sua missão econômica de acordo com os requisitos legais. A responsabilidade ética abrange comportamentos e atividades que não são, necessariamente, pautados por leis. Entretanto, a sociedade espera que as empresas respeitem e realizem seus negócios além dos requerimentos legais. Por fim, as responsabilidades discricionárias são aquelas que não estão diretamente ligadas ao negócio e não são exigidas por lei, porém são assumidas de forma voluntária pelas empresas, com programas voltados à filantropia (CARROLL, 1979).

Wood (1991) complementa que a ideia básica de RSC relaciona-se ao fato de empresas e sociedade não serem entidades distintas e sim, entrelaçadas, o que faz com que a sociedade espere um comportamento empresarial adequado.

Embora a definição de Carroll seja empregada de forma ampla, ainda existe uma incerteza sobre a definição correta de RSC (BARON, 2001; DAHLSTRUD, 2008). Com o crescimento do campo, houve a proliferação de abordagens, teorias e terminologias. Termos como sociedade e negócios, políticas públicas e de negócios e gestão dos stakeholders são utilizados para descrever os fenômenos relacionados com a RSC na sociedade (GARRIGA; MELÉ, 2004).

Em muitos casos, a RSC é vista como uma solução para a pobreza global, a exclusão social e a degradação ambiental, além de ser associada a outras disciplinas, tais como gestão de qualidade, marketing, recursos humanos. Cada disciplina possui seu ponto de vista em relação à RSC, alinhado com suas situações e desafios específicos (VAN MARREWIJK, 2003).

A *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) complementa a definição de RSC com a afirmação de que ela consiste no compromisso da empresa para contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com os funcionários, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida (WBCSD, 1991).

A Comissão das Comunidades Europeias (2001) divide a RSC em duas dimensões: interna e externa. A dimensão interna preocupa-se com a gestão de recursos humanos, saúde e segurança do trabalho e adaptação à mudança. Também se preocupa com a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais, de forma atenuar possíveis danos ao meio ambiente.

Já a dimensão externa está voltada para comunidades locais, buscando uma melhor integração da empresa com a comunidade por meio de atividades que promovam a questão ambiental, recrutamento de pessoas socialmente excluídas, práticas de cuidado à infância, parceria com a população local, promoção de ações culturais e doações de donativos para a caridade; parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, agindo de forma ética com todos; direitos humanos, respeitando a legislação vigente e códigos de conduta que preguem a adoção de práticas que respeitem estes direitos; e preocupações ambientais globais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do planeta (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2001).

2.3 Instituições e Responsabilidade Social Corporativa

De acordo com Brammer, Jackson e Matten (2012), o crescente interesse pela teoria institucional nas pesquisas em administração tem influenciado a sua adoção em estudos sobre RSC, isso se dá pelos benefícios que as lentes desta teoria podem trazer.

Para Campbell (2007), grande parte da literatura sobre RSC ainda não explora se as condições institucionais interferem na adoção de práticas socialmente responsáveis pelas empresas. O autor afirma que as pesquisas, em geral, estão voltadas para o desempenho financeiro das empresas. Algumas exceções são os estudos voltados para como os direitos de propriedade e as formas de regulação estatal afetam o comportamento socialmente responsável adotado pelas organizações, como as instituições normativas e culturais influenciam ações de RSC pelas empresas e se as corporações atendem aos requisitos das partes interessadas (teoria dos Stakeholders).

Ainda segundo Campbell (2007), outros pesquisadores desenvolvem estudos com comparativos transnacionais acerca da RSC, os resultados auxiliam na compreensão de como a variação das instituições presentes em cada país alteram o grau de influência das partes interessadas nos gestores.

Um exemplo de trabalho que adota a visão institucionalista para explicar a diferença na adoção da RSC entre os países e o porquê desta diferenciação é o desenvolvido por Matten e Moon (2008). Segundo os autores, os países caracterizados por instituições fracas e má gestão delegam, frequentemente, as responsabilidades a agentes privados. Outro ponto observado diz respeito às pressões institucionais sofridas pelas empresas para atender demandas relacionadas ao meio-ambiente, saúde, segurança e direitos humanos em suas operações globais. Diante disto, a RSC oferece um contexto normativo e institucional para que as empresas assumam responsabilidades sociais.

Já a pesquisa de Brammer, Jackson e Matten (2012) tem o intuito de avaliar as contribuições da teoria institucional para a compreensão da RSC como um modelo de governança. De acordo com os autores, a RSC é definida pelas expectativas da sociedade. A natureza histórica e política das instituições interferem para a criação de uma forma particular de interação entre negócios e sociedade.

Campbell (2007) analisou as condições institucionais que incentivam as empresas a se comportarem de forma socialmente responsável. Os resultados apontam que as corporações estão mais propensas a agirem de forma responsável quando estão inseridas em ambientes com forte regulação estatal, com autorregulações industriais coletivas e com monitoramento de ONGs ou outros órgãos independentes. Estes ambientes institucionais normativos encorajam o comportamento socialmente responsável. Os autores complementam que as instituições são fundamentais para o comprometimento das organizações com as práticas de RSC.

O trabalho de Hsieh (2009) propõe que as multinacionais têm a responsabilidade de promover e melhorar as instituições nos países em que atuam e, que por ventura, careçam de boas instituições. O autor propõe que esta promoção está atrelada ao dever de não impactar negativamente o país acolhedor, além das empresas não ignorarem a influência de suas atividades sobre os regimes políticos.

Percebe-se que os estudos desenvolvidos, até o momento, consideram o papel das instituições e suas influências diretamente nas organizações. Os estudiosos utilizam as instituições formais e informais para explicar, por exemplo, sua influência na adoção de práticas de RSC pelas empresas, como as instituições presentes no ambiente estimulam comportamentos socialmente responsáveis e as diferenças nas práticas responsáveis desenvolvidas em diversas regiões, impulsionada pelas instituições presentes em cada local. Apesar de ser utilizada em variados estudos sobre RSC, constata-se que ainda não foram exploradas as possibilidades de pesquisas sobre a interferência das instituições em países que constituem o elo da cadeia produtiva das organizações, e como esta intervenção estimula a adoção e direcionamento de práticas socialmente responsáveis pelas empresas para estes países.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Segundo Gil (2002), as pesquisas descritivas buscam descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis. Para Richardson et al. (2012), os estudos descritivos possuem como foco a investigação de um fenômeno, com a determinação de suas características. Neste tipo de pesquisa são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo. Vergara (1990) complementa que estes estudos podem, também, estabelecer correlações entre fatores ou variáveis. No entanto, não possuem como objetivo a explicação dos fenômenos que descreve, embora sirvam como base para isso.

As pesquisas exploratórias possuem como objetivo explicitar o problema ou construir hipóteses, ou seja, aprimorar as ideias ou descobrir intuições (GIL, 2002). Esse tipo de pesquisa tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, no intuito de se formular problemas mais precisos. Os estudos exploratórios envolvem o levantamento bibliográfico e documental, e são desenvolvidos quando o tema abordado é pouco explorado e há certa dificuldade em formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008).

Na pesquisa documental as fontes para a coleta dos dados são diversificadas e dispersas (GIL, 2002). Nesse método de pesquisa, são considerados como documentos qualquer objeto que auxilie na investigação de determinado fenômeno e não somente aqueles escritos com a finalidade de abordar um assunto em específico (GIL, 2008). Aceita-se como documento jornais, filmes, documentos legais (SEVERINO, 2007), assim como registros estatísticos, documentos pessoais, documentos organizacionais (GIL, 2008). No caso desses documentos, os conteúdos dos textos ainda não foram analiticamente tratados e, portanto, consistem em uma matéria-prima na qual o pesquisador desenvolverá a investigação e análise (SEVERINO, 2007).

Para a primeira etapa, análise do ambiente institucional da cafeicultura africana, foram analisadas informações históricas e quantitativas sobre o desenvolvimento da atividade desde a década de 1960. Os países analisados foram Etiópia, Uganda, Costa do Marfim e Angola, pois eram os quatro maiores produtores do continente na década de 1960. As informações foram analisadas a partir da Nova Economia Institucional.

Na segunda etapa, foram analisados relatórios corporativos e web sites institucionais de três empresas multinacionais de café industrializado, a saber Nestlé, Starbucks e Jacobs Douwe Egberts. A escolha dessas empresas se deu por estarem entre as maiores compradoras de café do mundo e por disponibilizarem informações sobre ações de Responsabilidade Social Corporativa voltadas para a cafeicultura. Algumas empresas do setor não possuem esse tipo de informação para o período em questão. O recorte temporal foi estabelecido entre os anos de 2012 e 2016.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Ambiente institucional e a cafeicultura africana

Na safra 1964/1965, a África tinha 4 países entre os 10 maiores produtores mundiais, com destaque para a Costa do Marfim (3º) e Angola (4º). No entanto, nas décadas seguintes, somente a Etiópia apresentou um crescimento expressivo do total de café produzido. Embora a produção de Uganda em 2014/2015 seja maior que nas décadas anteriores, ela está em um patamar próximo ao observado em 1974/1975. Os outros países apresentaram grandes reduções no período, sendo que a cafeicultura angolana praticamente desapareceu. O quadro 1 apresenta a produção destes países em intervalos de dez anos a partir de 1964/1965.

País	1964/1965	1974/1975	1984/1985	1994/1995	2004/2005	2014/2015
Angola	2,49	3,19	0,23	0,10	0,02	0,03
Costa do Marfim	3,34	4,49	4,61	3,73	1,80	1,40
Etiópia	2,42	2,49	2,59	3,80	4,07	6,48
Uganda	2,45	3,33	2,80	3,10	2,69	3,55

Quadro 1 – Evolução da produção de café em Angola, Costa do Marfim, Etiópia e Uganda, em milhões de sacas de 60 kg.

Fonte: USDA, 2017

Fatores institucionais podem explicar a decadência da cafeicultura africana. O caso mais emblemático é o de Angola, que obteve a independência de Portugal em 1975. Logo em seguida teve início uma guerra civil entre dois grupos políticos. O conflito durou 27 anos, tendo sido encerrado apenas em 2002. Desde então, o país é governado por Jose Eduardo dos Santos, líder de um dos lados envolvidos na guerra. Estima-se que 1,5 milhão de pessoas morreram e outras 4 milhões se tornaram refugiadas. A guerra destruiu a infraestrutura cafeeira dos países, cuja safra 1974/1975 foi a última colhida em condições normais. A safra seguinte foi pouco maior que 1 milhão de sacas; em 1979/1980 caiu para apenas 260 mil. Desde o fim da guerra, o governo tenta reconstruir a cafeicultura, mas não há indícios de recuperação até o momento.

A Costa do Marfim passou por um longo período de paz após a sua independência da França, ocorrida em 1960. O país tem o cacau como principal produto de exportação, mas até a década de 1990 também era um grande produtor de café. Em 1999 ocorreu o primeiro golpe de estado do país, seguido por uma guerra civil em 2002. Os conflitos diminuíram em 2004, mas o país ficou dividido em dois: o norte, controlado por rebeldes; e o sul, sob controle do governo. A reunificação política deveria ocorrer em 2010, mas novos conflitos tiveram início e se estenderam até 2011. Segundo o USDA (2017), o país produziu uma média de 3,6 milhões de sacas por ano durante a década de 1990; na década seguinte, ela caiu para 2,6 milhões; no período entre 2010/2011 e 2015/2016, ficou em 1,6 milhão. Além da instabilidade política nos últimos anos, a comercialização do café marfinense, tanto no mercado interno quanto no externo, é controlada pelo governo (ICO, 2015).

Uganda obteve a independência do Reino Unido em 1962, mas o território era ocupado por diferentes etnias, o que dificultou a estabilidade política do novo país. Entre 1971 e 1979 o país foi governado pelo ditador Idi Amin, responsável por perseguir e matar cerca de 300 mil cristãos. A economia ugandense foi destruída e a produção de café diminuiu 35% sob o seu governo. Ainda assim, uma elevação nas cotações internacionais, ocasionada por uma geadas que destruiu muitas lavouras no Brasil, ajudou a financiar a vida luxuosa do ditador (PENDERGRAST, 2010). Após a deposição de Amin, o país foi governado por Milton Obote (1980-1985), mas seu governo foi marcado por guerrilhas e violações dos direitos humanos, o que resultou em 100 mil mortes. Reformas permitiram o crescimento da economia a partir de 1990, mas Uganda ainda é uma nação pobre. Atualmente, os principais entraves ao seu desenvolvimento são infraestrutura inadequada de transporte e energia, irresponsabilidade fiscal e corrupção (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA, 2017).

A Etiópia foi o único país africano a manter sua independência desde o século XIX, exceto por um breve período de domínio italiano entre 1936 e 1941. Em 1971, um golpe militar depôs o imperador Haile Selassie, que governava desde 1930. Então, teve início o governo socialista de Mengistu Mariam, líder militar que nacionalizou propriedades, perseguiu opositores e era apoiado pela União Soviética e Cuba. As antigas elites do país iniciaram uma resistência armada e voltaram ao poder em 1991. Atualmente, a Etiópia é um dos países mais pobres do mundo, embora tenha obtido grande crescimento do PIB nos últimos anos (CIA,

2017). Na política, o regime atual é de partido único, ou seja, não existe democracia, e a economia é parcialmente planejada.

Segundo a ICO (2015), as lavouras africanas usam pouca tecnologia. A maioria dos cafeicultores possui baixa escolaridade e nenhum acesso ao crédito. Existem organizações de pesquisa governamentais, mas elas contam com recursos insuficientes para atenderem todas as demandas do setor. A esses problemas somam-se outros mais amplos, como falta de infraestrutura e baixos investimentos em saúde, segurança e educação.

4.2 Responsabilidade Social Corporativa na Cafeicultura Africana

4.2.1 Nestlé

A multinacional suíça Nestlé é a maior processadora de café do mundo. Segundo dados do seu relatório de Responsabilidade Social Corporativa referente ao ano fiscal de 2015, a companhia comprou 10% de todo o café produzido no mundo naquele ano. A Nestlé informa que a sua capacidade de longo prazo para obter café na quantidade e qualidade necessária depende da sustentabilidade da cafeicultura. Esta sustentabilidade é ameaçada por lavouras velhas, doenças, produtividade decrescente, volatilidade dos preços e mudanças climáticas. A companhia reconhece que a maior parte do café é produzida por pequenos cafeicultores, dos quais grande parte já está na terceira idade.

Tendo isto em vista, foram propostas ações para elevar a renda dos cafeicultores, de modo que eles permaneçam na atividade e produzam café nas qualidades e quantidades necessárias. As ações da companhia se dividem em dois programas principais: o Nescafé Plan e o Nespresso AAA Sustainable Quality Program. O Nescafé Plan busca garantir o suprimento de café utilizado nos produtos da marca Nescafé, enquanto o Nespresso AAA é exclusivo para os cafés utilizados pela Nespresso, uma subsidiária da Nestlé que atua no mercado de luxo.

O Nescafé Plan conta com um orçamento de 350 milhões de francos suíços para o período entre 2010 e 2020. O programa já contempla cafeicultores de 19 países em todos os continentes produtores. Os princípios do programa são: a) proporcionar que os cafeicultores sejam mais eficientes e produzam café de melhor qualidade; b) fazer com que eles se adequem às normas de verificação 4C, que buscam tornar a cafeicultura mais sustentável; e c) melhorar os aspectos ambientais e sociais das propriedades, levando a melhores padrões de vida.

Dentro do Nescafé Plan, uma das iniciativas é o Farmer Connect, que visa encurtar a cadeia de intermediários para aproximar a Nestlé dos cafeicultores. Segundo a empresa, até 2015 um total 211 mil cafeicultores participavam do programa, vendendo a sua produção diretamente para a Nestlé, ou com intermédio de cooperativas e outros parceiros. O Farmer Connect também oferece treinamentos aos cafeicultores e, até 2015, mais de 382 mil foram treinados.

Dentro do escopo de atuação do Nespresso AAA, os produtores são incentivados a produzir café de alta qualidade dentro de normas de sustentabilidade definidas pela Nespresso. Participam do programa 75 mil produtores de 12 países ao redor do mundo. Na África, a companhia trabalha em parceria com a TechnoServe, uma organização sem fins lucrativos que ajuda os cafeicultores a serem mais produtivos, algo que influencia diretamente a renda obtida com a atividade.

Em 2015, 14 mil cafeicultores etíopes e 6,8 mil cafeicultores quenianos passaram a fazer parte do programa. O objetivo da companhia com estes países é suprir sua demanda por grãos de qualidade e reduzir a pobreza. No entanto, a Nespresso aponta que existem dificuldades na cadeia de suprimentos dos dois países que incluem a pobreza dos cafeicultores, falta de investimentos e baixo nível de treinamento. Além disso, a comercialização do café é fortemente

regulada em ambas as nações, o que dificulta o estabelecimento de um relacionamento de compra direta entre a Nestlé e os produtores rurais.

Uma das ações da Nespresso no continente é a reconstrução do setor cafeeiro no Sudão do Sul. Trata-se de um país que obteve a independência em 2011, após uma guerra civil no Sudão (1983-2005) que deixou 2 milhões de mortos e 4 milhões de refugiados. Mesmo agora, a situação do Sudão do Sul é complicada, visto que novos conflitos, dentro do país, tiveram início em 2013. Após um acordo de paz, em 2015, a violência, que ocorre entre antigos aliados políticos, recomeçou em 2016.

De acordo com a Nespresso, ela foi a primeira empresa de café a se estabelecer no novo país. Em parceria com a Technoserve, foram criadas três cooperativas nos primeiros 18 meses de trabalho, o que permitiu que o país exportasse café pela primeira vez em mais de 30 anos. O objetivo da Nespresso é reduzir a pobreza de 2 mil cafeicultores, mas os conflitos dificultam a ação constantemente.

4.2.2 Starbucks

A Starbucks, em parceria com Conservation International, criou o programa Coffee and Farmer Equity (C.A.F.E.). Trata-se de um conjunto de normas sociais, ambientais e econômicas que orientam as compras de café da Starbucks. Para se adequar, os cafeicultores e outros agentes da cadeia precisam cumprir com mais de 200 critérios que buscam garantir a sustentabilidade da produção em todas as duas dimensões.

No âmbito social, são verificados salários, educação, saúde, benefícios, direitos e humanos e condições de vida dos cafeicultores, trabalhadores e famílias destes; No aspecto ambiental, são verificados indicadores acerca do solo, água, energia, desperdício, uso de agroquímicos, preservação das matas e da vida selvagem; No nível econômico, são verificadas a equidade dos pagamentos, a comprovação das operações de compra, a rastreabilidade dos grãos, a viabilidade no longo prazo e a qualidade da bebida.

Segundo a companhia, o cumprimento de todos esses itens é verificado por uma organização independente para assegurar sua credibilidade. Em 2015, 99% de todo o café adquirido pela Starbucks estava certificado dentro das normas do C.A.F.E. Dados referentes aos anos fiscais de 2011 e 2012 mostram que, a cada ano, 440 mil trabalhadores empregados nas lavouras de café certificadas, em média, receberam salários acima do mínimo vigente em cada região.

Outra ação da Starbucks com impacto direto sobre os cafeicultores é a concessão de empréstimos. O dinheiro pode ser utilizado, por exemplo, para financiar a renovação das lavouras antigas. Em 2014, foram concedidos US\$ 16,3 milhões e, em 2015, US\$ 21,3 milhões.

Dados de 2011 mostram que, na África, o programa C.A.F.E abrangia mais de 40 mil propriedades rurais, a grande maioria caracterizadas como pequenas. Não há dados mais recentes sobre o número de participantes.

Na África, a empresa atua nos países do leste do continente. Em 2012, comprou café de Zâmbia, Tanzânia, Ruanda, Burundi, Quênia e Etiópia. A Starbucks também possui centros de apoio aos cafeicultores em Tanzânia, Ruanda e Etiópia.

Na Tanzânia, a companhia trabalhou com a Heifer International para ajudar os cafeicultores a terem acesso a água limpa e a diversificarem suas fontes de renda, com a introdução de gado leiteiro nas propriedades. Em 2014, a empresa passou a comprar café do Congo. Até 2015, 4,5 mil cafeicultores haviam sido beneficiados. Segundo um relatório, a renda deles triplicou.

4.2.3 Jacobs Douwe Egberts

Jacobs Douwe Egberts (JDE) é uma companhia nova, formada a partir da aquisição dos ativos de café da Mondelez International e da Master Blenders pela JAB Holding. Antes das aquisições, as duas companhias possuíam relatórios de RSC bem estruturados, mas a nova companhia apresenta poucas informações no seu website.

Na Etiópia, a companhia trabalha em quatro linhas de ação:

- a) Aumentar a produtividade dos cafeicultores. Juntamente com a TechnoServe, foi criado o projeto Farm College, que oferece treinamento aos cafeicultores. A duração prevista é de dois anos e são realizadas sessões mensais com os cafeicultores. No país, 16 mil produtores já participaram de pelo menos duas sessões.
- b) Criar estações de beneficiamento de café que sejam sustentáveis. Também em parceria com a TechnoServe, o trabalho busca registrar e treinar as estações de beneficiamento de café em práticas sustentáveis.
- c) Engajamento com mulheres e jovens. A companhia oferece atenção especial a participação de mulheres e jovens nos treinamentos.
- d) Apoio ao desenvolvimento da rastreabilidade do café. A JDE trabalha junto com a Bolsa do Café da Etiópia e ONGs internacionais para viabilizar a rastreabilidade dos cafés etíopes.

Em Uganda, a empresa também definiu quatro linhas principais de atuação:

- a) Estabelecer e fortalecer organizações de cafeicultores. Com o apoio de ONGs parceiras, 797 organizações de cafeicultores já foram estabelecidas no país.
- b) Aumentar a produtividade e sustentabilidade das lavouras. Foram criadas escolas de campo para treinar os cafeicultores. 96% dos participantes afirmam terem melhorado as práticas de gestão após os treinamentos; a produtividade por árvore (grãos em coco) aumentou de menos de 1 quilo para 2,7 quilos; e a utilização de podas aumentou de 77% para 92%.
- c) Empoderar mulheres de famílias de cafeicultores. 7,8 mil pessoas já participaram de seminários sobre gênero e 2,7 mil casais se registraram para serem agentes de mudança em suas comunidades.
- d) Melhorar o acesso dos cafeicultores a serviços. Juntamente com parceiros, há um trabalho para aumentar o acesso dos cafeicultores ao microcrédito, além de criar ligações entre os cafeicultores e outras organizações que ajudem eles a comprar insumos agrícolas. Também foram criadas 38 associações de poupança e empréstimos em comunidades do país.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados da produção de café na África mostram uma tendência de queda desde a década de 1960. Quando analisados os números dos quatro maiores produtores do continente na safra 1964/1965, verifica-se também uma redução no volume colhido, exceto na Etiópia. A história recente de todos eles foi marcada por conflitos violentos e instabilidade institucional. Golpes de Estado, guerras civis e governos ditatoriais foram frequentes na África no período pós-independência.

Segundo a Nova Economia Institucional, países que não garantem as liberdades civis e políticas, tendem a desenvolver instituições extrativistas, ou seja, as instituições são apropriadas por uma elite que utiliza elas para seus fins particulares. Além disso, a instabilidade

institucional, que pode decorrer de conflitos internos, afasta investimentos e prejudica a coordenação do setor privado, além dos danos causados aos cidadãos.

Os dados obtidos sugerem que a cafeicultura dos principais produtores da África está inserida em um ambiente institucional vulnerável. Com isso, as ações de Responsabilidade Social Corporativa de companhias multinacionais podem ser uma alternativa para preencher o “vazio institucional” do Estado.

Quase todos os países produtores de café sofrem com vazios institucionais, ou seja, lacunas no ecossistema de mercado que interferem na prosperidade das empresas. Estes vazios compreendem lacunas em infraestrutura, sistemas legislativos fracos, falta de acesso à educação ou baixa qualidade educacional e restrições a financiamentos. Todos estes aspectos são fundamentais para a promover a saída dos pequenos produtores da pobreza (SCAA, 2013).

Embora essa seja uma condição encontrada em vários países, os números da produção mundial mostram que a África possui o cenário mais crítico. Por sua vulnerabilidade, a cafeicultura do continente passa a atrair ações de RSC da indústria do café. Pelo menos uma companhia, a Nestlé, informa aos seus stakeholders que seus negócios com café dependem da melhoria das condições de trabalho e renda dos cafeicultores.

Assim, as ações de RSC atendem a dois propósitos distintos. O primeiro é o cumprimento das novas demandas sociais do mundo contemporâneo, em que a organização não deveria agir apenas pelo lucro. O segundo compreende a garantia do abastecimento da matéria-prima, o café. Convém notar que ações de RSC podem ser direcionadas a diferentes tipos de comunidades, urbanas ou rurais, mas neste caso específico elas vão de encontro aos cafeicultores.

No entanto, o número de cafeicultores beneficiados em cada país ainda é pequeno em comparação com o total. Por exemplo, Nespresso e JDE, juntas, beneficiaram cerca de 30 mil cafeicultores etíopes, o que representa apenas 1,2% do total (ICO, 2015). Além disso, as três companhias analisadas apresentam poucos dados que permitam uma mensuração do impacto real de suas ações sobre a vida dos produtores.

6. CONCLUSÃO

O objetivo do artigo foi investigar as causas da baixa produção de café na África e os determinantes da ação das empresas multinacionais no setor. Para tanto, utilizou a Nova Economia Institucional e a literatura de Responsabilidade Social Corporativa.

Os dados analisados sugerem uma relação entre o ambiente institucional dos quatro países africanos selecionados e o fraco desempenho da cafeicultura na região, bem como uma relação entre o ambiente institucional e as ações de RSC de empresas multinacionais. A instabilidade política e social, caracterizada por conflitos armados e violações dos direitos humanos, cria condições desfavoráveis ao desenvolvimento econômico, uma possibilidade amparada teoricamente pela Nova Economia Institucional. Com isso, a cafeicultura africana entrou declínio a partir da década de 1960. A situação precária dos cafeicultores da região abre margem para ações de RSC das grandes empresas de café, que podem comunicar tais ações aos stakeholders e, também, estimulam a produção local. Neste contexto, as empresas atuam no vazio institucional deixado Estado, oferecendo serviços que seriam de responsabilidade dele, como assistência técnica, crédito e até educação.

Estudos futuros poderão averiguar, a partir de fontes primárias, o impacto das ações de RSC sobre a renda dos cafeicultores africanos, aspecto que os relatórios das empresas não detalham. Também é preciso compreender melhor o que prevalece na decisão das empresas em apoiar os cafeicultores.

A principal limitação do estudo está no uso de fontes secundárias para caracterização das ações de RSC das empresas analisadas. Os relatórios e outras fontes publicadas pelas próprias organizações oferecem informações valiosas, mas limitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D. **Introduction to Modern Economic Growth**. New Jersey. Princeton University Press, 2008.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. São Paulo: Elsevier, 2012.

BARON, D. P. Private politics, corporate social responsibility, and integrated strategy. **Journal of Economics & Management Strategy**, v. 10, n. 1, p. 7-45, 2001.

BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG JR, J. A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação. **FACOM–Revista da Faculdade de comunicação da FAAP**, n. 17, p. 70-76, 2007.

BRAMMER, S.; JACKSON, G.; MATTEN, D. Corporate social responsibility and institutional theory: New perspectives on private governance. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 1, p. 3-28, 2012.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia**, v. 5, n. 2, p. 361–420, 2004.

BUREAU DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA DO CAFÉ. **Relatório Internacional de Tendências do Café**, v.4, n.4 & 5. 2015. Disponível em <<http://www.icafebr.com.br/publicacao2/Relatorio%20v4%20n4%20e%205.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2016.

CAMPBELL, J. L. Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. **Academy of management Review**, v. 32, n. 3, p. 946-967, 2007.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility evolution of a definitional construct. **Business & society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook. 2017. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>> Acesso em 30 jun. 2017.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. Porto Alegre: Heuser, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel, 2002.

COSTA. M. A. N. Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 67-89, 2005.

DAHLSTRUD, A. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate social responsibility and environmental management**, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008.

DAVIS, L. E.; NORTH, D. C.; SMORODIN, C. **Institutional change and American economic growth**. CUP Archive, 1971.

DOCQUIER, F. Identifying the Effect of Institutions on Economic Growth. In: SCHMIEGELOW, M.; SCHMIEGELOW, H. (eds.). **Institutional Competition between Common Law and Civil Law**. 1st ed. Springer Berlin Heidelberg, 2014. p. 25-40.

FERNANDES, J. M. A responsabilidade social das empresas no contexto da agricultura familiar. Um estudo de caso: as plantações de cacau na Costa do Marfim. **SOCIUS Working Papers**. 2014. Disponível em < <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/7585>>. Acesso em 22 ago. 2016.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. 1ª ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Faostat. Download Data: Production. Disponível em < <http://faostat3.fao.org/download/Q/QC/E>>. Acesso em 30 ago. 2016.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: Mapping the territory. **Journal of Business Ethics**, v. 53, n. 1-2, p. 51-71, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HSIEH, N. Does global business have a responsibility to promote just institutions? **Business Ethics Quarterly**, v. 19, n. 02, p. 251-273, 2009.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **Sustainability of coffee sector in Africa**. 2015. Disponível em < <http://www.ico.org/documents/cy2014-15/icc-114-5-r1e-overview-coffee-sector-africa.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2017.

KLEIN, P. G. **New Institutional Economics**. 1998. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=115811>. Acesso em: 8 jun. 2017.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. **XXVIII Encontro Anual da Anpad**, Curitiba, 2004.

LEE, M.D. P. A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. **International journal of management reviews**, v. 10, n. 1, p. 53-73, 2008.

MATTEN, D. MOON, J. “Implicit” and “explicit” CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. **Academy of management Review**, v. 33, n. 2, p. 404-424, 2008.

MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. Introduction. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Orgs.). **Handbook of New Institutional Economics**. 1ª ed. Dordrecht: Springer, 2005. p. 884.

MONTE, E. Z.; TEIXEIRA, E. C. Determinantes da adoção da tecnologia de despulpamento na cafeicultura. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 201-217, June 2006.

NORTH, D. C. Desempenho econômico através do tempo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 255, p. 13-30, set./dez. 2010.

NORTH, D. C. Institutions and economic growth: an historical introduction, **World Development**, v.17 n. 9, p. 1319-1332, 1989.

PENDERGRAST, M. **Uncommon Grounds: The History of Coffee and How it Transformed our World**. New York: Basic Books, 2010.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION OF AMERICA. A Blueprint to End Hunger in the Coffeelands. Disponível em <<http://scaa.org/PDF/SCAA-whitepaper-blueprint-end-hunger-coffeelands.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2016.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Production, Supply and Distribution Online**. 2017. Disponível em <<http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdQuery.aspx>>. Acesso em 30 jun. 2017.

VAN MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency and communion. *Journal of business ethics*, v. 44, n. 2-3, p. 95-105, 2003.

VERGARA, S. C. Tipos de pesquisa em administração. **Cadernos EBAP**, n. 52, p. 1-9, 1990.

WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**. 1ª ed. New York: Oxford University Press, 1996.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of management review**, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Corporate Social Responsibility**. WBCSD Publications, 1991.

YOON, Y.; GÜRHAN-CANLI, Z.; SCHWARZ, N. The effect of corporate social responsibility (CSR) activities on companies with bad reputations. **Journal of consumer psychology**, v. 16, n. 4, p. 377-390, 2006.